

Teoria do Valor, Marx e formas contemporâneas de capitalismo

VINICIUS GALANTE DE SOUZA

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO (FGV-EAESP)

Agradecimento à órgão de fomento:

Esse trabalho não recebeu fomento de nenhum órgão de pesquisa.

TEORIA DO VALOR, MARX E FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE CAPITALISMO

Introdução

O presente ensaio teórico tem como objetivo utilizar a Teoria do Valor de Marx para analisar dois fenômenos do capitalismo no século XXI, sejam eles as formas contemporâneas de trabalho e da relação capital-trabalho, e as oscilações nos preços dos ativos causadas pelos fluxos do capital financeiro (ou mercadoria-dinheiro, como nomeada em Marx). Compreender a geração do valor desde sua origem, suas mutações na circulação entre os mercados e sua distribuição entre os agentes econômicos têm sido uma preocupação dos economistas desde o século XVIII. Em realidade, esse tema ocupou as reflexões de grandes pensadores desde a Grécia Antiga, e o próprio refinamento posteriormente dado pelos economistas clássicos contribuiu para a sedimentação das Ciências Econômicas como ciência singular. Desmistificar a geração do valor tem sido um dos temas fundamentais e balizadores não só para a Economia, mas também para as Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas.

A Teoria do Valor de Marx repete a centralidade do valor-trabalho que já aparecia nos seus predecessores clássicos Smith e Ricardo, no entanto, em Marx é polida e sofisticada. Tais sofisticções permitem avaliar as configurações das economias constituídas ao longo dos séculos XX e XXI e que, portanto, não estavam no escopo de Marx para produção de suas obras, como o mercado de capitais e as variações nos preços dos ativos financeiros. Desse modo, argumentamos que os pressupostos de tal teoria se sustentam mesmo na observação de tais fenômenos do capitalismo do século XXI. Ressaltamos também que as linguagens financeiras e contábil, instrumentos essenciais para o funcionamento de tais mercados, são, em sua origem, preceitos da Teoria do Valor de Marx, cristalizados nos demonstrativos financeiros e relatórios sobre o desempenho do capital para o mercado e seus acionistas.

A reestruturação do capital produtivo no século XXI, buscando deslocar os limites à acumulação de capital, assimilar transformações socioculturais e incorporar avanços tecnológicos, tem produzido outros arranjos de trabalho e recombinações de capital, trabalho e tecnologia, produzindo o fenômeno denominado *gig economy*. A reflexão sobre como se dá a geração, extração e repartição do valor originado em jornadas de trabalho indefinidas, intermitentes, descontínuas e prolongadas, também desafia os pressupostos da Teoria do Valor de Marx mas sem, no entanto, refutá-los, e possibilita novas interpretações sobre a intensificação do movimento de constituição de uma massa global de trabalhadores concorrentes entre si, em mercados esgarçados e digitais.

Dessa forma, a Teoria do Valor de Marx permanece como um constructo útil, fornecendo aos pesquisadores no tema uma teia de conceitos que capaz de interpretar os fenômenos econômicos e a reprodução material das sociedades contemporâneas, ampliando a compreensão do momento histórico do capitalismo cada vez mais global, fetichista, instável, tecnológico e digital.

Esse ensaio teórico está organizado da seguinte forma: Primeiramente, uma seção apresenta sumariamente como se deu o desenvolvimento da Teoria do Valor, com foco nos avanços realizados pelos economistas clássicos e o refinamento contido em *O Capital*. Uma segunda seção discorre sobre uma observação do mercado de capitais, interpretando os impactos sobre a geração do valor através de uma lente teórica proporcionada pela Teoria de Marx. Por fim, uma terceira seção discute brevemente como modelos atuais de jornada de trabalho e da relação capital-trabalho, mediada por aplicativos e desenvolvimentos tecnológicos, desafiam e corroboram com a Teoria do Valor de Marx e, por fim, algumas considerações finais retomam aspectos centrais do texto.

A Teoria do Valor em Marx e sua história

A Teoria do Valor é possivelmente uma das discussões mais instigantes em Teoria Econômica. Por sua potência e importância, essa discussão colaborou para a própria distinção e fundação das Ciências Econômicas como um campo do saber único e particular. Com suas origens entre o século XVII (King & McLure, 2015) e final do século XVIII e início do século XIX (Foley, 2000), a Teoria do Valor carrega em si uma contradição digna das grandes questões da ciência. Se por um lado trata-se de um tema bastante explorado ao longo de séculos por autores de diversas correntes teóricas, por outro, permanece como um constructo que apresenta fragilidade lógica e de amarrações causais que deem conta de explicar na totalidade esse fenômeno sócio material. Nesse contexto, a Teoria de Valor de Marx ainda se apresenta como uma das contribuições mais completas e bem-acabadas para compreensão da reprodução material da sociedade. A Teoria do Valor de Marx, bem como o marxismo, permanece como uma tradição teórica influente e que com os passar dos anos evoluiu em resposta às críticas e às mudanças no mundo “real” (Marsh, 1999).

Embora a discussão sobre o valor já existisse anteriormente aos economistas clássicos, com registros desde a Grécia Antiga, em Aristóteles (Sewall, 1901), passando por Fisiocratas e Mercantilistas (Foley, 1983), é no pensamento de Adam Smith e David Ricardo que ocorre o deslocamento da hipótese central para o Valor-Trabalho. Juntamente com Marx, essa tríade de economistas clássicos produziu as obras mais influentes na modernidade no que diz respeito à Teoria Objetiva do Valor (King et al 2014) e cada um deles a utilizou de sua própria maneira e para seus próprios propósitos (Foley, 1983). A complexidade do tema do valor pode ser percebida pela multiplicidade de abordagens dadas pelos autores que se dedicaram ao tema. Em *A Riqueza das Nações (1776)*, Smith adota três caminhos possíveis para a origem do valor; a própria teoria de Smith seria posteriormente criticada e aperfeiçoada a partir de um tratamento mais sistemático dado por David Ricardo (King et al, 2014), que, ao fazê-lo, a endossa parcialmente (Foley, 2015). Outra expressão da problemática constitutiva da Teoria do Valor se revela no reconhecimento por parte dos autores das limitações do pensamento desenvolvido por eles mesmos. David Ricardo enfrentou os problemas de sua teoria do Valor-Trabalho ao longo de sua vida e admitiu, pouco antes de morrer, que sua teoria era apenas uma aproximação da verdade (King, 2013 apud King et al, 2014).

No entanto, é em Marx que a Teoria do Valor-Trabalho recebe aperfeiçoamentos que possibilitam explorar novos caminhos teóricos e interpretativos acerca da reprodução material da sociedade, ganhando o conceito de trabalho *socialmente necessário* como condição para a geração de valor (Foley, 2000). Outros desenvolvimentos presentes na teoria do autor explicariam com maior qualidade a distribuição do valor entre os agentes econômicos (ou entre as classes sociais, utilizando-se dos conceitos do autor), como a mais-valia e seu papel central na acumulação de capital, elemento que distinguiria a dinâmica nesse sistema capitalista de produção e organização da sociedade. Os escritos de Marx também continham um avanço significativo por introduzirem a ideia do dinheiro enquanto mercadoria e forma de valor – ou de representação do valor –, e do dinheiro como expressão social do valor (Foley, 1983). Por essas razões, as interpretações do Marx sobre a nova fase do sistema capitalista que se formava, tinham uma “combinação de perspicácia, crítica e previsão” que “assegurou que durante grande parte do século XX o pensamento marxista fosse um ponto de referência fundamental para a sociologia em geral” (Adler, 2009, p. 2, tradução nossa).

A Teoria do Valor-Trabalho de Marx tem sido extensivamente discutida, produzindo inúmeras vertentes e abordagens metodológicas (Fleetwood, 2001). A Teoria Marxista não

permaneceu rígida ou imutável e várias vertentes emergiram desde a época de sua publicação (Anderson, 1979; Burawoy, 1990 apud Adler, 2009). A influência da Teoria de Marx não se restringiu à Economia e estende-se até o debate nas Finanças e nas Ciências Contábeis, entre outras Ciências Sociais. A teoria do Valor de Marx, juntamente com a Teoria Marginalista, está entre as bases para a fundação da Contabilidade (Bryer, 1994) e possibilita a identificação das origens e aplicações dos salários, juros e lucros, essenciais para a elaboração dos relatórios contábeis de demonstração das mutações patrimoniais das empresas, isto é, para as medidas de acumulação do capital e apropriação da mais-valia. Outro conceito em Marx fundamental para a Contabilidade, especialmente sob uma perspectiva crítica, é o risco. A teoria do Valor-Trabalho de Marx pode ser revisitada para se pensar sobre os efeitos do risco, bem como analisar como esse fator tem suas origens no processo de trabalho e é transferido entre os fatores de produção capital e trabalho em bases desiguais e entre os capitais de diferentes origens e segmentos em um jogo de soma zero (Toms, 2010).

Partindo dos pressupostos acima como originadores da linguagem financeira- contábil, pode-se afirmar que todo o mercado financeiro, na figura de seus investidores, investidores institucionais, bancos, fundos de investimentos, gestores de patrimônio e demais agentes participantes, ao analisarem os relatórios contábeis de divulgação dos resultados das empresas, obrigatoriedade de toda companhia aberta e listada em bolsa, estão se deparando, em alguma instância, com pressupostos marxistas que corroboraram para a estruturação de tal linguagem, ainda que tais sujeitos, essencialmente, possam negar qualquer influência e utilidade das teorias de Marx em suas práticas cotidianas. Ao analisarem tais relatórios buscando responder à pergunta “essa companhia gera e multiplica valor” ou “qual o retorno ao acionista” os agentes de mercado repetem a si mesmos as mesmas indagações que Marx buscou responder em suas investigações sobre o valor. Para alguns autores a teoria do Valor-Trabalho de Marx pode ser considerada superior à Teoria Marginalista no que diz respeito à capacidade descritiva e explicativa sobre os relatórios financeiros no capitalismo moderno (Bryer, 1994).

Outra aplicação quantitativa de Teoria do Valor de Marx é a corrente chamada de “temporal de sistema único” (*temporal single-system*), cujo corpo de literatura têm crescido consideravelmente (Veneziani, 2004). O termo “temporal”, que distingue e nomeia essa corrente teórica, refere-se à sua “ênfase no desequilíbrio e na dinâmica e em uma determinação sequencial de valores e preços baseados em custos históricos, em oposição a avaliações simultâneas baseadas em valores e preços atuais” (Veneziani, 2004, p. 96, tradução nossa). Grande parte dos modelos de avaliação econômico-financeira de utilização consolidada entre agentes do mercado financeiro, pouco consideram fatores históricos para a precificação dos ativos e deslocam o centro da análise para a estimativa de valores futuros, como no modelo conhecido por CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), uma das principais ferramentas utilizadas para apoiar a decisão de alocação de capital, modelo no qual, entre as três categorias conceituais, está o binômio presente / futuro (Marsh, 1999). Nesse método, os aspectos históricos (ou preços históricos) não são utilizados para a precificação dos ativos. Ao recorrer à historicidade como elemento basal para compreensão da realidade sócio material, tal literatura (*temporal single-system*) retorna aos recursos analíticos utilizados por Marx. Em *O Capital*, Marx alterna habilmente uma dialética que combina raciocínios ora históricos ora lógicos para fundamentar sua teorização. Um debate entre a interpretação “temporal de sistema único” e a interpretação “simultânea de sistema dual” (*Simultaneous Dual System*) é realizado por Kim (2010), em um exercício apoiado em equações para buscar esclarecer a relação entre dinheiro, valor e mercadoria.

Até aqui busquei exemplificar minha afirmação primeira: de como a Teoria do Valor de Marx é um dos principais subsídios teóricos para o entendimento das bases materiais de nossa sociedade e como a teoria de Marx sobre o Valor permanece atual, influente em diversos campos e seus fundamentos se conservam úteis para compreensão das bases econômicas nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, Chandler & Fuchs (2019) lista quatorze razões pelas quais precisamos da Teoria de Marx hoje em dia e ressalta que enquanto o capitalismo e as classes sociais existirem, a teoria de Marx permanece essencial para compreensão, crítica e transformação da sociedade. Seu texto direciona atenção para o estágio atual do capitalismo e sua capacidade de alocar sob a forma mercadoria qualquer coisa, até mesmo a comunicação que, agora, se apresenta sob o formato de conteúdos digitais para uma audiência mundial conectada.

Teoria do Valor em Marx e mercado de capitais

Um fenômeno interessante para se observar através da lente teórica da Teoria do Valor de Marx são as oscilações do mercado financeiro. Diariamente, a movimentação de bilhões de dólares nos mercados do mundo todo provoca grandes flutuações nos preços de uma miríade de ativos financeiros. O desafio, então, reside em compreender tais variações por meio da Teoria do Valor-Trabalho. Se o preço é uma aproximação do valor em sua representação social e, somente o trabalho humano socialmente necessário é capaz de gerar valor, como uma empresa pode ganhar milhões em “valor de mercado” num único pregão, sem que haja bases materiais que sustentem tal fato? E em raciocínio inverso, como cotas de fundos de investimentos, ações e títulos de renda fixa ou variável podem se desvalorizar rapidamente como novas informações tornadas públicas e, dessa forma, milhões em valor de mercado desaparecem? Que capacidade agentes econômicos detêm de gerar ou destruir valor circunstancialmente? Teria o capitalismo alcançado novas formas que escapam à Teoria de Marx?

Para alguns, até mesmo advogados do pensamento Marxista, defender a Teoria do Valor de Marx é um exercício a que poucos (ou ninguém) se arriscam:

Qualquer pessoa interessada em economia política naquela época estava familiarizada com a teoria do valor-trabalho (se bem que na forma ricardiana), ao passo que nós não só não temos familiaridade com ela, como vivemos numa época em que a maioria dos economistas, e mesmo muitos marxistas, consideram-na indefensável. Se Marx tivesse escrito *O capital* em nossos dias, teria de apresentar uma forte defesa dessa teoria, em vez de simplesmente supô-la óbvia (Harvey, 2015 p. 97).

De fato, a interpretação sobre os movimentos diários dos índices NYSE, S&P 500, NIKKEI e FTSE 100 não aparecem na obra de Marx, mas podemos imaginar quais reflexões ele mesmo teria produzido se tivesse testemunhado arranjos do capitalismo posteriores à sua morte. Marx definiu que “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (Marx & Engels, 1985, p. 125). A partir do século XX, a riqueza das sociedades parece se manifestar como uma “imensa coleção” de ativos financeiros. A contabilização de riqueza acumulada e disponível para os agentes econômicos está lastreada em saldos bancários, quantidade de cotas de fundos de investimento, valores de face de títulos e nos preços das ações em posse, considerando os termos para a conversibilidade desses últimos à forma mercadoria-dinheiro. Desse modo, decisões de consumo e investimento, elementos dinâmicos que movimentam as economias

no capitalismo, como bem apontado por Keynes em sua *Teoria Geral*, também se encontram lastreados na “imensa coleção” de ativos financeiros e seus respectivos valores representados.

Mas a forma de riqueza na economia capitalista provavelmente não tenha se alterado, nem mesmo mais de um século após a afirmação de Marx. A imensa coleção de ativos financeiros é incapaz de gerar valor em si mesma. Em outras palavras, “as qualidades “ocultas” do capital e sua capacidade de botar ‘ovos de ouro’ existem apenas no reino da aparência” (Harvey, 2013 p. 102). Por trás do fetiche da valorização “mágica”, “fantástica” ou “mística” dos ativos, para utilizar os mesmos adjetivos empregados por Marx em seu capítulo sobre a mercadoria, capítulo primeiro de “*O Capital*”, uma investigação profunda encontrará quais as raízes que sustentam seus preços.

A contabilização que permite a conversão dos papéis nos “valores reais” representados em tais ativos recai em bases materiais sob a forma de uma cadeia produtiva, no encontro combinado de recursos naturais, insumos, capital e trabalho humano socialmente necessário para a produção de mercadorias. Tais mercadorias enfrentarão as turbulências e incertezas do mercado para executar o “salto mortal” para a realização de seu valor de troca no intercâmbio entre mercadoria e dinheiro. Todo o percurso realizado pelo capital financeiro tem como destino final, após trocar de diversas mãos, a aplicação de tais recursos em atividade produtiva, laboral, “real” e material que remunera trabalho e capital, esse último, seja na forma de lucro ou juros. Sem a respectiva geração de valor pelo trabalho humano, não há valorização das cotas. Sem a materialidade do valor-trabalho, não há cotista satisfeito com o relatório de performance do fundo. A imensa coleção de ativos não se sustenta em si mesma, sendo apenas uma forma pós-moderna de representação do dinheiro. Todo o mercado financeiro, suas instituições e fundos de captação, só podem existir enquanto veículos temporários para a circulação do capital, não podendo ser o destino final para acomodação dele, caso contrário, o objetivo de valorizar-se não se concretiza. Como define o Banco Central do Brasil, o Sistema Financeiro Nacional:

(...) “é formado por um conjunto de entidades e instituições que promovem a *intermediação* financeira, isto é, o encontro entre credores e tomadores de recursos. É por meio do sistema financeiro que as pessoas, as empresas e o governo *circulam* a maior parte dos seus ativos, pagam suas dívidas e realizam seus investimentos” (Banco Central do Brasil, grifo nosso).

Sendo assim, toda a rede que compõe o Sistema Financeiro é, portanto, canal temporário e passageiro para que o capital seja posto em circulação, cujo destino é o encontro com as bases materiais e o trabalho humano socialmente necessário. Para se valorizar, o capital precisa ser posto em circulação, adentrar a esfera de produção, combinar-se ao trabalho humano socialmente necessário, incorporar a forma mercadoria e realizar seu valor de troca no intercâmbio no mercado para, posteriormente, ser retirado já constituído do mais-valor (Marx & Engels, 1985).

Se as origens dos valores dos ativos financeiros encontram-se nas bases materiais de produção e trabalho humano socialmente necessário, como compreender os movimentos rápidos de valorização e desvalorização diários desses ativos? A aparente dificuldade da aplicação das leis do valor de Marx em tais situações pode ser superada exercitando um método analítico explorado por Marx, que retoma a todo momento em “*O Capital*” a necessidade da compreensão histórica do modo de produção capitalista e sua propriedade endógena de gerar crises por suas próprias contradições internas. Adicionalmente, Keynes demonstrou como as expectativas passam a exercer papel central na composição do preço dos ativos e nos movimentos da economia. Em momentos de otimismo, a racionalidade limitada dos agentes econômicos resulta em maior descolamento entre os preços dos ativos e suas bases “reais”. Quando esse descolamento entre os preços dos ativos e suas respectivas bases materiais se tornam maiores ou a racionalidade dos agentes

econômicos se concentra nesse hiato entre representação da riqueza social e bases materiais do valor, o sistema capitalista global entra em colapso (Keynes, 2017). As crises no sistema capitalista originadas no mercado financeiro, como a de 1929 e 2008, para citar algumas, parecem acenar na direção da teoria de Marx sobre o Valor-Trabalho, indicando que embora a “imensa coleção” de ativos pareça “real”, à medida que tais representações de valor sejam socialmente reconhecidas e respaldem a contabilização do acúmulo da riqueza, tais valores são fictícios e virtuais, se não puderem ser convertidos em bases materiais, transacionados em “imensa coleção de mercadorias” e originados dos “saltos mortais” de mercadorias outrora produzidas pelo trabalho humano socialmente necessário.

Desse modo, se no momento histórico observado por Marx, o Capitalismo não tinha desenvolvido ativos financeiros na complexidade que dispõem hoje em dia, a dinâmica dos preços (representação social do valor) das inovações posteriores não parece refutar os argumentos do autor. Como posto por Márcio Pochmann, na apresentação da edição brasileira de “*Para entender o Capital*”, “O modo de produção do capital dá sinais de complexificação desde a década de 1970, com a predominância da fase da financeirização da riqueza e a transição hegemônica do trabalho material para o imaterial (...)”, nesse momento do capitalismo, se a “imensa coleção” é composta por ativos e papéis que incluem instrumentos derivativos (ou seja, “o título do título” ou cotas de FICs (fundos cujo objetivo é adquirir cotas de outros fundos, de forma simplificada) só torna o percurso em direção às bases materiais um pouco mais longo e sinuoso, sem que se altere a origem e direção da produção do valor.

Teoria do Valor-Trabalho e arranjos contemporâneos capitalistas

Por outro lado, no momento histórico atual do modo de produção capitalista, é interessante analisar as alterações nos arranjos de produção e trabalho sob o prisma da Teoria do Valor-Trabalho de Marx, em um período em que as formas modernas de trabalho e produção capitalistas tem cedido frente aos limites à acumulação do capital e ao aparecimento de tecnologias, que forcem o reordenamento social, à medida que provoca a constituição de novas relações econômicas e de produção. Revisitar a Teoria do Valor-Trabalho, contextualizada no(s) capitalismo(s) do século XXI, também é potente no que diz respeito à mercadoria essencial ao modo de produção capitalista – o trabalho, visto que “a força de trabalho é uma mercadoria peculiar, especial, diferente de qualquer outra. Antes de tudo, é a única mercadoria que tem capacidade de criar valor” (Harvey, 2013 p. 114).

A Teoria do Processo de Trabalho (*Labor Process Theory – LPT*), uma abordagem marxista na sociologia do trabalho, pode trazer reflexões interessantes sobre o fenômeno emergente da “*gig economy*” (Gandini, 2019), cujo termo tem sido empregado para se referir a uma relação capital-trabalho que se estabelece entre um trabalhador e uma plataforma digital que opera na mediação entre demanda por trabalhadores, seja para a execução de uma pequena tarefa ou na mediação entre o trabalhador e um empregador oculto (“*shadow employer*”) (Friedman, 2014 apud Gandini, 2019). Nessa nova etapa do capitalismo, conceitos centrais em Marx, como forças de produção, mais-valia absoluta, mais-valia relativa, exploração do trabalhador (Adler, 2009), entre outros, são difíceis de identificar, tendo em vista que as relações de produção não acontecem *in loco*, ou seja, os trabalhadores estão dispersos e as relações entre capital, trabalho e tecnologia são complexas e imbricadas.

Em *O Capital*, Marx demonstrou como capitalistas buscam estender e intensificar a jornada de trabalho. Ao estendê-la, ocorre a geração do que Marx nomeou de *mais-valia absoluta*. Movido

pelo seu interesse de acelerar o processo de acumulação de capital, os capitalistas, em resposta às pressões competitivas por meio de inovações tecnológicas e organizacionais, tornam o trabalhador mais produtivo, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário, o que incrementa a geração de *mais-valia relativa* (Adler, 2009). Identificar a extração de mais-valia, em arranjos de trabalho nos quais as jornadas de trabalho se tornam variáveis, indefinidas e intermitentes é menos evidente que na exposição de Marx, que toma por exemplo uma jornada de trabalho industrial típica à época e demonstra a decomposição das horas trabalhadas entre parcela efetivamente paga e em que momento a partir do qual ocorre a geração de mais valia e como essa pode ser acelerada.

Na *gig economy*, os trabalhadores realizam turnos de trabalho que perduram horas, porém somente parte desse tempo é efetivamente trabalhado, ocupado pela prestação de serviço - mercadoria transacionada nesse caso - que gera valor. A descontinuidade do trabalho não parece alterar, no limite, o diagnóstico de Marx sobre a decomposição da jornada em trabalho pago e não pago (mais-valia). Aplicado a essa dinâmica do trabalho, uma possível conclusão é que a cada período de tempo efetivamente dispendido na realização do serviço, uma parcela não é paga ao trabalhador, o que se evidencia na remuneração retida pela organização proprietária do aplicativo, na figura de capitalista nessa relação de produção. Outro efeito que se verifica nesse modelo trabalho é o aumento da quantidade de horas do trabalhador ocupadas pela sua atividade, embora paradoxalmente isso resulte em menor produção de valor, visto que devido à descontinuidade na realização do trabalho, a produção de valor ocorra somente nos períodos em que o trabalhador esteja efetivamente prestando o serviço contratado. Não à toa, crescem relatos de trabalhadores em tais modelos realizando turnos de trabalho que se estendem por 12 ou mais horas, na tentativa de gerar valor suficiente para a manutenção de sua força de trabalho e atingir uma remuneração suficiente para sua subsistência.

Além da extensão da jornada de trabalho para compensar o tempo dispendido sem respectiva geração de valor, aplicativos como o *Uber* provocam outros fenômenos para a dinâmica do trabalho, como a aceleração e intensificação do processo de mercantilização do trabalho humano. Entre as contribuições de Marx, ao compreender as especificidades do capitalismo moderno, estava advertir sobre como o trabalho humano tornava-se mercadoria nesse modelo capitalista. A sua comercialização, por meio de um mercado de trabalho que confronta demanda por força de trabalho, por parte dos capitalistas, e oferta de força de trabalho, por parte dos trabalhadores, caracterizaria as relações sociais de produção e engendraria uma série de tensões que são representadas, objetivamente, pela existência das taxas desemprego e nas disputas acerca do salário mínimo (esse último como balizador universal da taxa de extração de mais-valia numa determinada sociedade).

Tais aplicativos estreitam as possibilidades de o trabalhador oferecer seu trabalho diretamente ao consumidor final de forma mais autônoma e no controle de sua produção, já que os consumidores passam a centralizar suas buscas pelas mercadorias desejadas – prestação de serviços – nos aplicativos. Desse modo, tais trabalhadores se veem forçados a aderir à plataforma para manter-se aparentes em seus mercados e com possibilidades de ter seu trabalho contratado. Oferecer um serviço de transporte fora desses aplicativos, por exemplo, é cada vez menos viável. Ao concentrar toda a massa de trabalhadores num mesmo local de produção, já que tais plataformas operam como um ponto de produção digital, pretendido como o “lugar” onde o processo de trabalho é realizado pelos trabalhadores (Gandini, 2019), as plataformas acirram a competição entre os trabalhadores, que passam a competir entre si pela realização de trabalhos pontuais, em micro jornadas de trabalho, cuja produção de valor é finalizada e reiniciada inúmeras vezes. Tais

aplicativos intensificam uma tendência de constituição de uma massa de trabalhadores global, ponto antecipado por Marx em *O Capital* e em *O Manifesto do Partido Comunista*.

A produção de mercadorias se torna cada vez mais intensiva em capital e a detenção de tecnologia é compreendida como importante “fonte de valor” para o acionista. Conseqüentemente, empresas como *Google*, *Facebook* e *Amazon* figuram entre as empresas de maior valor de mercado no mundo e novos “unicórnios” tecnológicos são registrados com frequência e passam a pertencer a esse seletivo grupo de empresas. Tais fatores podem levar à crença que a tecnologia é a (principal) fonte de valor no estágio atual do capitalismo no século XXI. No entanto, os dispositivos tecnológicos de tais organizações não são capazes de gerar valor *per se*. É na interação da tecnologia com o trabalho humano socialmente necessário que ocorre a produção de valor e o valor de troca dessas mercadorias se realizam – o que segue a máxima do valor proposta por Marx. Sem os trabalhadores “do outro lado” do aplicativo, ofertando sua força de trabalho e aceitando as micro jornadas de trabalho demandadas pelo consumidores cadastrados no aplicativo, não há produção de valor. Prova disso é que o pagamento realizado pelo consumidor acontece exatamente quando o trabalho humano, seja de entrega, seja de transporte de passageiros, se realiza e é encerrado.

Ainda que tais tecnologias reduzam o tempo de trabalho humano necessário para a realização de uma atividade ou até mesmo o elimine, uma pequena etapa do processo de produtivo, desde o início da produção da mercadoria até a realização do seu valor de troca no mercado, necessariamente terá trabalho humano aplicado. Qualquer desenvolvimento tecnológico é resultado horas de trabalho humano dispendido, nesse exemplo, sob a forma de horas de trabalho dos desenvolvedores de códigos e algoritmos. Toda tecnologia carrega em si horas de trabalho acumulado e, somente devido a isso, pode ser fonte de valor ao ser combinada com outros fatores de produção.

Os efeitos de tais tecnologias podem ser contraditórios no que diz respeito à produção do valor. Se por um lado, essas tecnologias podem operar no sentido de potencializar sua geração, na medida em que elevam a produtividade do trabalhador e “criam” novos mercados, abrindo espaço para novas mercadorias (novas “aplicações” para o trabalho humano), por outro, reduzem a geração de valor do trabalhador, pois abreviam o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das respectivas mercadorias. Desse modo, o efeito de tais plataformas digitais, por assim dizer, não é alterar a origem e dinâmica da geração do valor no modo de produção capitalista, mas sim reorganizar a distribuição do valor entre as classes sociais, na medida que alteram as relações sociais de produção, que são redirecionadas e isoladas, cristalizando-se em um ambiente único e recém-delimitado (Gandini, 2019). Se tais tecnologias alteram as dinâmicas do trabalho, a relação entre capital e trabalho e a consecução da jornada de trabalho, em nada parecem alterar a decomposição da jornada de trabalho entre trabalho pago e não pago, tampouco o responsável pela geração do valor.

Considerações finais

A discussão da Teoria do Valor tem ocupado posições de destaque no debate entre acadêmicos de diversas áreas das Ciências Sociais há séculos e tal discussão parece estar longe do fim. Em realidade, esse debate faz-se necessário para ser revisitado e atualizado para acompanhar novas organizações sociais que compreendem a reprodução da vida material. Seja observando as especificidades do capitalismo no século XXI no mercado financeiro ou na “*gig economy*”, a economia política marxista está viva e passa bem, fornecendo aos economistas uma lente analítica precisa para a desmistificar a dinâmica da reprodução material da sociedade e a investigação sobre

o valor. Considerar os novos arranjos produtivos e a peculiaridade da dinâmica da jornada de trabalho no século XXI, ou os movimentos do mercado financeiro e a racionalidade da geração (ou destruição) de valor, pode revelar que a teoria de Marx permanece relevante por seus pontos analíticos fortes, cuja estrutura permite identificar e compreender contradições e tensões do sistema capitalista, seja qual for seu momento histórico. (Fine & Saad-Filho, 2018).

Referências bibliográficas:

- ADLER, Paul S. Capitalism in question. **Journal of Management Inquiry**, v. 23, n. 2, p. 206-209, 2014.
- ADLER, Paul. Marx and organization studies today. In: **The Oxford handbook of sociology and organization studies**. 2009.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn> . Acesso em: 18 jun. 2019.
- BRYER, Robert A. Why Marx's labour theory is superior to the marginalist theory of value: the case from modern financial reporting. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 5, n. 4, p. 313-340, 1994.
- FLEETWOOD, Steve. What kind of theory is Marx's labour theory of value? A critical realist inquiry. **Capital & Class**, v. 25, n. 1, p. 41-77, 2001.
- FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. Marx 200: the abiding relevance of the labour theory of value. **Review of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 339-354, 2018.
- FOLEY, Duncan K. On Marx's theory of money. **Social concept**, v. 1, n. 1, p. 5-19, 1983.
- FOLEY, Duncan K. Recent developments in the labor theory of value. **Review of Radical Political Economics**, v. 32, n. 1, p. 1-39, 2000.
- CHANDLER, Dave; FUCHS, Christian. **Digital Objects, Digital Subjects: Interdisciplinary Perspectives on Capitalism, Labour and Politics in the Age of Big Data**. University of Westminster Press, 2019.
- GANDINI, Alessandro. Labour process theory and the gig economy. **Human Relations**, v. 72, n. 6, p. 1039-1056, 2019.
- HARVEY, David. **Para entender O Capital-livro 1**. Boitempo Editorial, 2015.
- KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Editora Saraiva, 2017.
- KIM, Changkeun. The recent controversy on Marx's value theory: A critical assessment. **마르크스주의 연구**, v. 7, n. 2, p. 282-320, 2010.
- KING, John Edward et al. **History of the concept of value**. Business School-Economics University of Western Australia, 2014.
- MARSH, David. Resurrecting Marxism. In: **Marxism and social science**. Palgrave, London, 1999. p. 320-340.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **O capital: critica da economia política**, volume I. Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl.; ENGELS, Frederick. **Manifesto do Partido Comunista**. Nova Cultural, Edipro, 3ª edição, 2017.
- MAGNI, Carlo Alberto. CAPM and Capital Budgeting: Present versus Future, Equilibrium versus Disequilibrium, Decision versus Valuation. **The IUP Journal of Financial Economics**, v. 8, p. 7-35, 2009.
- SEWALL, Hannah Robie. The theory of value before Adam Smith. **Publications of the American Economic Association**, v. 2, n. 3, p. 1-128, 1901.
- TOMS, J. S. The labour theory of value, risk and the rate of profit. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 21, n. 1, p. 96-103, 2010.
- VENEZIANI, Roberto. **The Temporal Single-System Interpretation of Marx's economics: a critical evaluation**. *Metroeconomica*, v. 55, n. 1, p. 96-114, 2004.